

O desenvolvimento econômico como consequência da participação feminina no mercado de trabalho

Luísa Frohlich Teixeira¹

Rafael Luis Splenger²

Resumo: A construção histórica que se deu em torno da possibilidade de a mulher trabalhar formalmente criou barreiras que perduraram até a atualidade, gerando a desigualdade de gênero e fazendo com que as mulheres precisem se esforçar mais para alcançar os mesmos cargos que os homens. Apesar disso, a mulher se colocou no mercado e passou a atuar principalmente em áreas sociais, mas também em outras áreas consideradas masculinas em função da divisão sexual do trabalho, que segrega o mercado entre homens e mulheres; e essa atuação feminina influenciou e ainda influencia o desenvolvimento econômico de todos os países. Considerando tal aspecto, o presente estudo buscou realizar uma análise da participação das mulheres no mercado de trabalho, refletindo sobre sua influência e importância no desenvolvimento econômico, descrevendo a participação histórica das mulheres no mercado de trabalho e verificando dados quanto a essa realidade no Brasil. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e análise de dados estatísticos federais. A partir disso, foi possível perceber a construção histórica e cultural das barreiras que dificultam o trabalho formal feminino, mas também a gradual mudança em torno dessa realidade, uma vez que a presença das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado com o passar dos anos. Identificou-se também como a força de trabalho feminino não atuante por causa da desigualdade de gênero poderia contribuir em indicadores econômicos, gerando riquezas e possibilitando o desenvolvimento econômico a partir de áreas diferentes de educação e saúde, onde a maioria de profissionais já é do sexo feminino.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Gênero; Mercado de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A estrutura do mercado de trabalho nem sempre se apresentou como atualmente. Mudanças ocorreram ao longo do tempo e permitiram que as mulheres, sujeitas inicialmente ao espaço doméstico naturalizado como feminino (LIRA; SILVA, 2017), pudessem ingressar no mercado de trabalho, influenciando diretamente a economia. Com base em dados da Relação

¹ Centro Universitário Cesuca. Graduanda do curso de Comércio Exterior. E-mail: frohlichluisa@gmail.com

² Centro Universitário Cesuca. Docente do curso de Administração. E-mail: rafaelsplenger@cesuca.edu.br

Anual de Informações Sociais - RAIS de 2016, as mulheres representavam cerca de 44% da força de trabalho formal no Brasil.

Conforme apresentado no relatório Mulheres, Empresas e o Direito 2018, desenvolvido pelo Banco Mundial, ocorre uma perda média de 15% na renda das economias da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, devido as desigualdades de gênero. Além disso, são estimadas perdas ainda mais altas em países em desenvolvimento, uma vez que as diferenças de gênero são prejudiciais ao crescimento do PIB por reduzirem a participação da mulher no mercado de trabalho formal.

O direcionamento do presente estudo, portanto, será sobre como a participação feminina no mercado de trabalho favorece o desenvolvimento econômico de uma sociedade. Considerar-se-á a contribuição econômica do trabalho feminino externo ao doméstico, justificando-se na necessidade de se apresentar o quão fundamental é essa presença nos postos de trabalho, nas agências, empresas e organizações.

Através de pesquisa bibliográfica e metodologia quantitativa embasada em dados estatísticos obtidos em órgãos de pesquisa e estatística, tem-se como objetivo analisar a participação feminina no mercado de trabalho, refletindo quanto a sua influência e importância no desenvolvimento econômico de uma sociedade. Além disso, pretende-se também descrever historicamente a participação feminina no mercado de trabalho, interpretar dados estatísticos a respeito da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, e apresentar barreiras e dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho.

Inicialmente será abordado o processo de entrada da mulher no mercado de trabalho, perpassando pela questão da divisão sexual do trabalho, até atingir a atualidade. Em seguida, será realizada a análise de dados referentes à participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, desenvolvendo hipóteses sobre as riquezas que podem ser adquiridas com o capital humano disponível caso não haja desigualdade de gênero. Além disso, serão consideradas áreas de maior atuação feminina, como saúde e educação, que são de fundamental importância para a garantia do desenvolvimento econômico.

2 A HISTÓRIA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho atual é reflexo de uma construção desenvolvida ao longo da história da humanidade, e uma das grandes mudanças ocorridas na História foi o ingresso da figura feminina nesse meio. Sair para trabalhar fora de casa era considerado errado para as mulheres porque, de acordo Silva (2013), elas eram vistas como responsáveis pelo trabalho

doméstico, considerado uma atividade de mulheres e para mulheres. Além disso, a mulher devia procriar e cuidar dos filhos, o que poderia ser afetado pelo trabalho externo, pois, no pensamento da época, a saúde da mulher poderia ser prejudicada, e ela ainda poderia ficar mal vista perante a sociedade. (LIRA e SILVA, 2017).

Acontecimentos históricos como as Grandes Guerras, porém, abriram espaços e permitiram o surgimento de novas ideias. No período da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais, muitas mulheres precisaram sair de suas casas para assumir postos de trabalho desocupados pelos homens que estavam nas frentes de batalha (PELEGRINI e MARTINS, 2010).

Após o final da Segunda Guerra Mundial, porém, as mulheres foram incentivadas a retomar suas atividades domésticas, deixando livres os postos dos homens (DE JESUS; ALMEIDA, 2016). Foi a partir de 1970 que os estudos feministas passam a voltar sua atenção para questões de gênero e mercado de trabalho, principalmente em países como a França. Surge então termo “divisão sexual do trabalho”, que diz respeito ao processo de divisão entre o trabalho doméstico e o trabalho formal para homens e mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007). Segundo Hirata e Kergoat (2007), foi a partir da percepção de que o trabalho doméstico feito gratuitamente era desconsiderado enquanto trabalho e assumido como dever feminino, que uma onda de mulheres passou a questionar as imposições trabalhistas da época e reivindicar o sistema imposto, desenvolvendo-se análises e teorias sobre o tema:

Pouco a pouco, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. Isso permitiu considerar “simultaneamente” as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).

O que se vivencia atualmente é um elevado número de mulheres trabalhando fora de casa, mas que alcançam apenas posições em níveis tático e operacional. Poucas mulheres conseguem galgar cargos de gestão e alta direção devido ao fenômeno conhecido como “Teto de Vidro” (LIMA et al, 2013). Conforme destacam Marques e Ferreira (2015), entende-se por teto de vidro uma barreira que mulheres enfrentam ao tentarem estruturar suas carreiras e atingir cargos considerados masculinos, como se ao tentarem subir de nível em uma organização, as mulheres fossem impedidas por uma barreira invisível.

Os fatores que compunham inicialmente o impedimento para que a mulher pudesse ser parte do mercado de trabalho são agora fatores que a impedem de avançar na vida profissional conquistada. Uma vez que muitos entendem ainda que a família é responsabilidade da mulher, preocupa-se na hora da contratação ou promoção com a possibilidade de gravidez e com a

quantidade de filhos, fatores que poderiam afastar a mulher do trabalho, gerando a ideia de que ela seria menos produtiva (LIRA; SILVA, 2017). Além disso, diversos gestores acreditam ainda na ideia de que a mulher é mais frágil e mais emotiva que o homem, não podendo tomar decisões importantes para a empresa (LIMA et al, 2013).

2.1 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

No Brasil, a trajetória feminina no mercado de trabalho não se distanciou muito da realidade mundial a partir dos anos 1970. Bruschini (1994) destaca que foi nesse período que a mulher adentrou mais significativamente o mercado de trabalho devido a fatores como a necessidade de complementar a renda familiar, a expansão da economia juntamente com um ritmo acelerado de industrialização, o que possibilitou a inserção de novos trabalhadores, e a mudança de comportamento da sociedade, que foi impactada pelos movimentos feministas e oportunizou a presença da mulher nos espaços públicos. A partir dos anos 80, mudanças no quadro econômico do país ocasionaram mudanças na estrutura até então desenvolvida no mercado de trabalho. Segundo Bruschini (1994, p. 180) “o país assiste ao desencadear de uma aguda crise econômica, que provoca elevadas taxas inflacionárias, desemprego e deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores, modificando o quadro de crescimento da década anterior”. O setor terciário se expandiu e, por sua heterogeneidade, garantiu a diversificação das atividades, sendo o setor público apontado como um importante mecanismo de ajuste para o mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1994). Além disso, Wajnman, S. Queiroz, B. e Liberato, V. (1998), comentam que as sucessivas crises ocorridas no período impediam a expulsão das mulheres do mercado de trabalho.

A participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro continuou a crescer nos anos seguintes, mas a questão trabalhista feminina no Brasil só passou a receber amparo legislativo em 1999. Nesse ano, foi instituída a Lei 9.799, referente ao acesso da mulher ao mercado de trabalho, onde ficam vedadas formas de discriminação em seleções, promoções e remuneração quanto a sexo, idade, situação familiar ou cor, além de outras questões. Mesmo frente à legislação, existem ainda diferenças perceptíveis no mercado com relação ao trabalho exercido por homens e mulheres. Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016) mostra que 21,5% de mulheres entre 25 e 44 anos possuem ensino superior completo, contra 15,6% dos homens na mesma faixa etária, e mesmo possuindo maior escolaridade, as mulheres ainda sofrem com a desigualdade salarial. Além disso, o mesmo

estudo revelou que as mulheres dedicam mais tempo ao trabalho doméstico e são menos representadas em cargos de liderança de órgãos públicos ou no setor privado (IBGE, 2016).

3 METODOLOGIA

Tendo como objetivo a realização de uma pesquisa descritiva, o presente artigo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica para maior compreensão da maneira como se deu a participação feminina no mercado de trabalho. Além disso, foi refletido ainda através de pesquisa bibliográfica quanto à contribuição feminina para o desenvolvimento econômico na História.

A presença da força de trabalho feminina no mercado de trabalho brasileiro foi identificada a partir de uma análise quantitativa de dados estatísticos obtidos em órgãos de estatística e pesquisa, possibilitando a comparação com dados referentes à força de trabalho masculino e a análise da evolução do trabalho feminino. As respectivas análises se deram a partir da construção obtida no referencial teórico e com base em estudos anteriores.

4 A PRESENÇA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O mercado de trabalho brasileiro, assim como o internacional, sofreu modificações ao longo do tempo. Considerando-se a construção histórica de divisão sexual do trabalho pela qual se deu a separação de funções e profissões entre masculino e feminino (HIRATA; KERGOAT, 2007), é possível perceber que as mulheres enfrentaram dificuldades para conquistar seu lugar no trabalho formal. Como pode ser observado no gráfico 1, Presença no Mercado de Trabalho Brasileiro por Gênero, desenvolvido a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro se deu de forma lenta e gradual, e entre os anos de 1995 e 2016 ainda não atingira 50% do número total de trabalhadores:

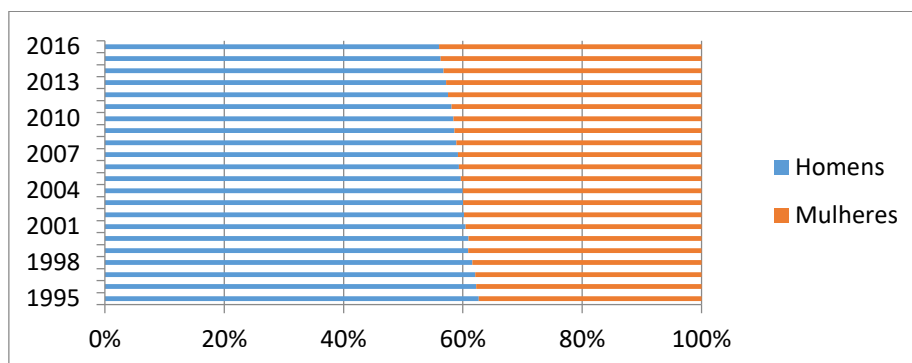


Gráfico 1: Presença no mercado de trabalho brasileiro por gênero
Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Cabe destacar ainda que apesar de representarem aproximadamente 44% do número de trabalhadores formais em 2016, as mulheres ainda eram responsáveis por cerca de 73% a mais que os homens de horas dedicadas ao trabalho doméstico (IBGE, 2016). A ideia de que a mulher é a primeira responsável pelo lar perpassa o conceito de “teto de vidro” como uma das barreiras encontradas para a presença do feminino nos postos de trabalho (LIRA e SILVA, 2017; LIMA et al, 2013).

Buscando entender o quanto o trabalho formal feminino pode agregar ao desenvolvimento econômico, é preciso olhar também para a quantidade de mulheres desempregadas que poderiam estar atuando em algum setor. Essas mulheres representam, conforme estudo “Unrealized potential: The high cost of gender inequality in earnings”, divulgado pelo Banco Mundial em 2018, a riqueza de capital humano do país; e o fato de não estarem trabalhando, ou seja, produzindo, prejudica a economia. No gráfico 2, Percentual Populacional x Percentual de Empregados Formais no Brasil, construído a partir de dados disponibilizados pelo IBGE, é possível comparar a porcentagem de mulheres e homens que compunham a população brasileira em 2016, juntamente com a porcentagem de mulheres e homens que estavam empregados no período:

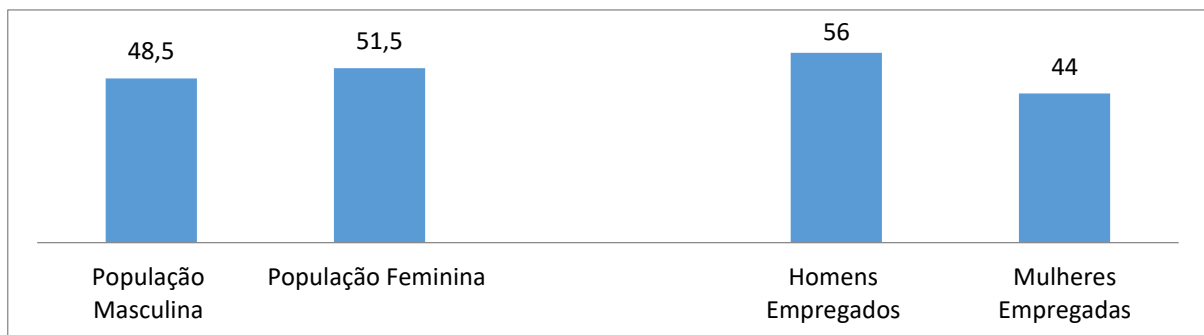


Gráfico 2: Percentual Populacional x Percentual de Empregados Formais no Brasil

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

O impacto dessa desigualdade atinge não apenas as mulheres que encontram dificuldades para se posicionar no mercado de trabalho, mas principalmente a própria economia que acaba por apresentar um menor desempenho e ganhos mais baixos que o possível. Conforme destaca o estudo realizado pelo Banco Mundial (2018), a perda estimada para os 141 países incluídos na pesquisa é de US\$160,2 trilhões devido à desigualdade de gênero considerando o capital humano e assumindo que mulheres e homens recebessem salários iguais. No relatório é destacado ainda que “a riqueza do capital humano poderia aumentar 21,7% em

todo o mundo e a riqueza total em 14,0% com a igualdade de gênero nos ganhos” (BANCO MUNDIAL, 2018).

No mercado de trabalho formal, atuando em empresas e organizações, as mulheres contribuem com a geração de bens e serviços que influenciam indicadores como o Produto Interno Bruto – PIB do país, auxiliando no crescimento econômico. Para além desse indicador, porém, questões como saúde e educação devem ser consideradas quando analisados os índices de desenvolvimento econômico (SIEDENBERG, 2003).

Em decorrência da maneira como se estruturou a cultura de divisão sexual do trabalho frente à participação feminina nos campos de trabalho formal (HIRATA; KERGOAT, 2007), coube à mulher atuar em áreas voltadas ao social, uma vez que ainda se coloca a figura feminina como responsável pelo cuidado. É interessante analisar, a partir de dados do Estudo do MEC baseado no Censo Escolar da Educação Básica de 2007, como a figura feminina contribuiu na formação de crianças e jovens que vieram a se tornar os cidadãos que através de seu trabalho fazem a economia do país. Segundo o Censo, as mulheres representam mais de 90% dos professores em creches, pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, as mulheres ainda são a maioria do corpo docente, sendo apenas a Educação Profissional composta por maioria de docentes homens, que correspondem a 53,3%. Além de serem maioria na educação, um estudo realizado em 2017 pela Fundação Oswald Cruz por iniciativa do Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, aponta que as mulheres são maioria também na área da enfermagem, correspondendo, em 2016, a 85,1% das equipes de enfermagem do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do presente estudo, foi possível perceber como a presença feminina no mercado de trabalho influi diretamente o desenvolvimento econômico do país, alcançando o objetivo de analisar a participação feminina no mercado de trabalho. Apesar de ainda encontrar barreiras componentes do teto de vidro e precisar enfrentar a questão da divisão sexual do trabalho, a mulher tem ocupado cada vez mais espaços na sociedade e superado questões históricas frente ao seu desenvolvimento profissional. Considerando a questão da força de trabalho feminina em áreas fundamentais ao progresso da sociedade, reflete-se a respeito da importância do trabalho da mulher, que se não tivesse adentrado o mercado de trabalho para preencher esses espaços, não seria possível atingir os níveis de desenvolvimento atingidos ao longo do tempo.

Foram cumpridos também os presentes objetivos de realizar a descrição histórica da entrada da mulher no mercado de trabalho, identificar a partir da interpretação de dados como a mulher atua no mercado brasileiro e apresentar algumas das barreiras que as mulheres enfrentam profissionalmente em função do teto de vidro. Diante dessas constatações, foi possível perceber que, apesar de ter conquistado espaço no ambiente profissional, o trabalho da mulher ainda é desvalorizado e estereotipado, e não recebe a importância que lhe deveria ser concebida.

Entender a real influência em valor da força de trabalho feminina para o desenvolvimento econômico do país ainda é um desafio frente a limitações encontradas durante esse estudo. A desigualdade de gênero gera mais que apenas a exclusão da mulher do meio profissional, mas também impactos trabalhistas quando ela consegue chegar nesse meio, sendo a diferença salarial um dos mais significativos, e que afetam comparações entre masculino e feminino frente ao PIB, por exemplo. Além disso, são poucos os estudos anteriores sobre o tema, o que dificulta o aprofundamento em pesquisas bibliográficas.

Sabe-se, através do estudo construído, que o desenvolvimento econômico tido até o presente momento só alcançou os níveis conhecidos em função da participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. O que pode ser percebido também, porém, é que apesar de ambos os gêneros terem participação fundamental no mercado de trabalho, a desigualdade de gênero gera perdas consideráveis para a economia. Sugere-se, portanto, que empresas e organizações se atentem às demandas femininas, desenvolvendo programas de inclusão e desenvolvimento de carreira; que projetos governamentais sejam desenvolvidos a fim de incentivar a participação feminina no mercado de trabalho; e que novos estudos sobre o tema sejam realizados, demonstrando a importância da mulher na economia. Novos projetos e estudos podem auxiliar na diminuição da desigualdade de gênero e do teto de vidro enfrentado pelas mulheres no mercado de trabalho, proporcionando a possibilidade de se alcançarem os ganhos perdidos até o presente momento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriana Strasburg de Camargo. Mulher e Trabalho no Brasil dos Anos 90. Campinas, SP. 2004.

BANCO MUNDIAL. Mulheres, Empresas e o Direito 2018. Disponível em: <https://wbl.worldbank.org/>

BRASIL. Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999. Institui a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF, mai. 1999. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9799.htm

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. Cadernos de Pesquisa. Vol. 37, nº 132. Set./dez., 2007.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. Revista Estudos Feministas. Ano 02. 1994.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Perfil da Enfermagem no Brasil Relatório Final. 2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/index.html>

DE JESUS, Cassiano Celestino; ALMEIDA, Isis Furtado. O movimento feminista e as redefinições da mulher na sociedade após a Segunda Guerra Mundial. Boletim Historiar. nº 14, mar./abr. 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Características gerais dos moradores 2012-2016 PNAD Contínua. 2017. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101377>

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo. Dicionário Crítico do Feminismo. Editora Unesp. 2009.

LIMA, G. S; NETO, A.C; LIMA, M.S; TANURE, B; VERSIANI, F. O teto de vidro das executivas brasileiras. Revista Pretexto, Belo Horizonte. V.14, nº 4.

MARQUES, T.M. G. e FERREIRA, C.M. **Mulheres na gestão de topo: A problemática do Gap de gênero e salarial.** Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE, V. 14, n. 1, Jan/Mar, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores/censo-do-professor>

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **CAGED Anuário RAIS.** Disponível em:
http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/caged_anuario_raistela12.php

ORGANIZACION INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo. Mujeres.** 2018.

SILVA, Marusa Bocafoli da. **Patroas e Empregadas Domésticas em Campos dos Goytacazes: Uma Relação Delicada.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2012.

SILVA, M.B; LIRA, R.A. **Entre carreiras, panelas e bebês: patroas e empregadas e o espaço privado do lar.** Revista café com Sociologia. V. 6, nº 2. Mai./Jul., 2017.

WAJNMAN, S. QUEIROZ, B. E UBERATO, V. (1998). **O crescimento da atividade feminina nos anos noventa do Brasil.** In: Anais XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1996.

WORLD BANK GROUP. **Unrealized potential: the high cost of gender inequality in earnings.** Mai. 2018. Disponível em:
<https://www.worldbank.org/en/topic/gender/publication/unrealized-potential-the-high-cost-of-gender-inequality-in-earnings>